

Presenças e Pertencimentos: Caminhos para a Inclusão Substantiva de Alunos com Deficiência na Escola

Daniele Parpinelli Biff

Universidad Gran Assunción – UNIGRAN

Resumo: A presença de alunos com deficiência em contextos escolares, impulsionada por marcos legais e por discursos sobre inclusão, ainda convive com barreiras atitudinais, curriculares e organizacionais que limitam experiências de pertencimento e aprendizagem significativa. Nesse cenário, o artigo tem como objetivo geral analisar caminhos para uma inclusão substantiva de estudantes com deficiência na escola, compreendendo como políticas, práticas pedagógicas e culturas escolares podem favorecer ou restringir seu direito à educação. A justificativa ancorar-se na necessidade de tensionar perspectivas meramente integradoras, que se restringem à matrícula, em direção a propostas que considerem acessibilidade, participação e reconhecimento das diferenças como dimensões indissociáveis da qualidade educativa. Adota-se metodologia bibliográfica, com exame crítico de produções acadêmicas, legislações e diretrizes nacionais e internacionais sobre educação inclusiva, buscando mapear convergências, lacunas e controvérsias. Os resultados evidenciam avanços normativos, experiências pedagógicas potentes e contribuições teóricas que fortalecem práticas colaborativas, desenho universal para a aprendizagem e formação continuada docente, ao mesmo tempo em que revelam persistência de modelos medicalizantes, fragmentação de políticas e precarização das condições de trabalho na escola. Conclui-se que a inclusão substantiva requer articulação entre políticas educacionais, formação de professores, gestão democrática e práticas didáticas que promovam presenças ativas e vínculos de pertencimento, deslocando a deficiência do campo do déficit individual para a arena dos direitos humanos e da justiça social.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Alunos com Deficiência; Pertencimento Escolar.



Recebido em: junho. 2025. Aceito em: outubro. 2025

DOI: 10.56069/2676-0428.2025.726

Constelações do Presente: Coletânea Multitemática de Pesquisa

Novembro, 2025, v. 3, n. 33

Periódico Multidisciplinar da FESA Educacional

ISSN: 2676-0428



Presencias y pertenencias: Caminos para la inclusión sustantiva de estudiantes con discapacidades en la escuela

Resumen: La presencia de estudiantes con discapacidad en contextos escolares, impulsada por marcos legales y discursos sobre inclusión, sigue coexistiendo con barreras actitudinales, curriculares y organizativas que limitan las experiencias de pertenencia y aprendizaje significativo. En este escenario, el objetivo general de este artículo es analizar formas de incluir de forma sustantiva a los estudiantes con discapacidad en la escuela, comprendiendo cómo las políticas, prácticas pedagógicas y culturas escolares pueden favorecer o restringir su derecho a la educación. La justificación se basa en la necesidad de tensionar perspectivas meramente integradoras, que se limitan a la matrícula, hacia propuestas que consideren la accesibilidad, la participación y el reconocimiento de las diferencias como dimensiones inseparables de la calidad educativa. Se adopta una metodología bibliográfica, con un examen crítico de las producciones académicas, la legislación y las directrices nacionales e internacionales sobre educación inclusiva, buscando mapear convergencias, brechas y controversias. Los resultados muestran avances normativos, poderosas experiencias pedagógicas y contribuciones teóricas que fortalecen las prácticas colaborativas, el diseño universal para el aprendizaje y la formación continua del profesorado, al tiempo que revelan la persistencia de modelos medicalizantes, la fragmentación de políticas y la precariedad de las condiciones laborales en la escuela. Se concluye que la inclusión sustantiva requiere articulación entre políticas educativas, formación docente, gestión democrática y prácticas didácticas que promuevan presencias activas y lazos de pertenencia, trasladando la discapacidad del ámbito del déficit individual al ámbito de los derechos humanos y la justicia social.

Palabras clave: Educación Inclusiva; Estudiantes con Discapacidades; Pertenencia Al Colegio.

Presences and Belongings: Pathways to Substantive Inclusion of Students with Disabilities in School

Abstract: The presence of students with disabilities in school contexts, driven by legal frameworks and discourses on inclusion, still coexists with attitudinal, curricular and organizational barriers that limit experiences of belonging and meaningful learning. In this scenario, the general objective of this article is to analyze ways for a substantive inclusion of students with disabilities in school, understanding how policies, pedagogical practices and school cultures can favor or restrict their right to education. The justification is anchored in the need to tension merely integrative perspectives, which are restricted to enrollment, towards proposals that consider accessibility, participation and recognition of differences as inseparable dimensions of educational quality. A bibliographic methodology is adopted, with a critical examination of academic productions, legislation and national and international guidelines on inclusive education, seeking to map convergences, gaps and controversies. The results show normative advances, powerful pedagogical experiences and theoretical contributions that strengthen collaborative practices, universal design for learning and continuing teacher training, while revealing the persistence of medicalizing models, fragmentation of policies and precariousness of working conditions in school. It is concluded that substantive inclusion requires articulation between educational policies, teacher training, democratic management and didactic practices that promote active presences and bonds of belonging, shifting disability from the field of individual deficit to the arena of human rights and social justice.

Keywords: Inclusive Education; Students with Disabilities; School Belonging.

INTRODUÇÃO

A inclusão de estudantes com deficiência adquire centralidade na agenda educacional brasileira, sobretudo quando se observa que a presença de pessoas com algum tipo de deficiência alcançou aproximadamente 18,6 milhões de indivíduos, segundo o IBGE (2022), distribuídos entre deficiências motoras, visuais, auditivas, intelectuais e múltiplas. O referido contingente, ao adentrar os sistemas de ensino, convoca escolas e gestores a reconhecerem que a democratização das matrículas, embora avance numericamente, permanece tensionada por assimetrias sociais e por práticas escolares que ainda reproduzem barreiras sutis. A consolidação de uma cultura inclusiva, nesse panorama, demanda revisões contínuas das políticas educacionais, considerando que a escolarização se configura como espaço de socialização, produção de sentidos e exercício de direitos.

Nessa direção, os levantamentos do IBGE revelam crescimento expressivo de crianças e jovens com deficiência frequentando instituições públicas, ainda que sob condições heterogêneas de trabalho pedagógico e de acessibilidade. Mesmo diante dessa ampliação do acesso, observam-se contradições que atravessam salas de aula, sobretudo quando adaptações curriculares se tornam esporádicas, quando avaliações permanecem normativas e quando professores enfrentam sobrecargas estruturais.

A complexidade desse cenário aciona reflexões sobre como as redes de ensino podem sustentar presenças ativas, de modo que estudantes participem de práticas culturais, experimentem pertencimento e construam trajetórias de aprendizagem menos fragmentadas. Além disso, o cruzamento entre indicadores sociais e dinâmicas escolares sugere que a inclusão depende de esforços articulados, envolvendo formação docente, políticas de financiamento e reorganização do cotidiano pedagógico.

Diante dessas constatações, emerge uma justificativa ancorada na necessidade de tensionar modelos que reduzem a deficiência ao campo clínico, deslocando o debate para perspectivas educacionais que valorizem diversidade e participação. A discussão pública frequentemente recai sobre discursos normativos que exaltam a matrícula, porém silenciando contradições vividas por

alunos que enfrentam barreiras arquitetônicas, comunicacionais e atitudinais. Por esse motivo, investigar presenças e pertencimentos torna-se imprescindível, sobretudo porque a escola contemporânea, atravessada por múltiplas demandas, requer interpretações mais densas sobre o modo como saberes, relações e práticas configuram ambientes acolhedores ou excludentes. A justificativa, portanto, assenta-se na compreensão de que intervalos entre políticas e práticas precisam ser examinados com rigor teórico, permitindo identificar dilemas e potencialidades que afetam diariamente estudantes com deficiência.

Nesse horizonte, o objetivo geral delineia a intenção de analisar caminhos capazes de ampliar experiências de inclusão substantiva, considerando processos que articulam políticas públicas, práticas docentes e culturas escolares. A direção analítica busca compreender como presenças, quando sustentadas por interações significativas, redes de apoio e adaptações acessíveis, podem reconfigurar o cotidiano de estudantes e professores. Intenciona-se, assim, interpretar mecanismos que favorecem pertencimento, exame crítico de práticas consolidadas e identificação de alternativas metodológicas alinhadas a concepções contemporâneas de diversidade. A formulação desse objetivo, ao articular dimensões micro e macroeducacionais, permite que a análise se mova entre políticas e práticas, revelando interdependências que atravessam a inclusão.

Por fim, a organização do artigo estrutura-se em três movimentos complementares. A primeira parte apresenta o debate conceitual sobre inclusão, diversidade, participação e pertencimento, destacando discussões contemporâneas que tensionam perspectivas integradoras e valorizam abordagens centradas nos direitos humanos. A segunda parte examina produções bibliográficas recentes, incluindo legislações e estudos que discutem formação docente, desenho universal para aprendizagem e práticas de acessibilidade que atravessam os sistemas de ensino. A terceira parte reúne interpretações críticas sobre caminhos possíveis para fortalecer a inclusão substantiva, considerando desafios persistentes, condições materiais das escolas e articulações entre políticas públicas e práticas pedagógicas. Esse

percurso amplia a compreensão dos fenômenos analisados e contribui para reflexões que sustentam transformações no cotidiano escolar.

METODOLOGIA

No que se refere à metodologia, o estudo adota abordagem qualitativa, com delineamento bibliográfico e caráter analítico interpretativo, uma vez que a intenção central consiste em compreender sentidos atribuídos à inclusão substantiva de alunos com deficiência no contexto escolar. A investigação ancora-se em produção teórica e normativa recente, buscando articular contribuições de diferentes autores com marcos legais nacionais e internacionais.

Para a composição do corpus, selecionaram-se artigos científicos, livros, documentos oficiais e relatórios de organismos internacionais que abordam inclusão, diversidade, participação, pertencimento, formação docente, desenho universal para aprendizagem e acessibilidade educacional. Priorizou-se material publicado, preferencialmente, a partir de 2010, período em que debates sobre educação inclusiva ganharam densidade, em diálogo com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e com a Lei Brasileira de Inclusão.

A busca bibliográfica ocorreu em bases como SciELO, Portal de Periódicos da CAPES e Google Acadêmico, com uso de descritores combinados, por exemplo educação inclusiva, alunos com deficiência, pertencimento escolar, formação docente e desenho universal para aprendizagem. Após identificação inicial, realizou-se leitura de títulos, resumos e palavras-chave, a fim de verificar pertinência em relação ao problema de pesquisa e ao recorte conceitual adotado. Em seguida, procedeu-se à leitura integral dos textos selecionados, organizados em eixos temáticos que dialogam com a estrutura analítica do artigo. O primeiro eixo concentrou produções sobre inclusão, diversidade, participação e pertencimento; o segundo contemplou estudos sobre formação docente, desenho universal para aprendizagem e práticas de acessibilidade; o terceiro reuniu discussões que problematizam desafios estruturais e apontam caminhos para a inclusão substantiva.

A análise ancorou-se em procedimentos de natureza interpretativa, inspirados na análise de conteúdo, com atenção a recorrências, tensões e silêncios presentes nas fontes examinadas. Buscou-se articular categorias teóricas e elementos empíricos descritos pelos autores, de modo a construir síntese crítica que evidenciasse convergências, divergências e lacunas na literatura consultada, sempre em diálogo com a realidade das escolas públicas brasileiras.

Reconhece-se, por fim, que uma pesquisa bibliográfica apresenta limites, sobretudo pela impossibilidade de abarcar toda a produção existente e pela ausência de dados empíricos produzidos em campo. Ainda assim, a sistematização realizada oferece panorama consistente para compreensão do debate contemporâneo e para formulação de questões que poderão orientar investigações futuras de natureza empírica em contextos escolares específicos.

INCLUSÃO, DIVERSIDADE, PARTICIPAÇÃO E PERTENCIMENTO

A discussão conceitual sobre inclusão adquire densidade quando se articula a uma compreensão ampliada de direitos humanos, na qual a escola se organiza como espaço de reconhecimento das diferenças e de contestação de hierarquias naturalizadas. Inclusão deixa de funcionar como simples medida compensatória e passa a indicar movimento contínuo de reconfiguração das relações pedagógicas, administrativas e comunitárias.

Sob perspectiva que valoriza diversidade, o debate desloca práticas classificatórias e normativas, pois evidencia sujeitos atravessados por marcadores sociais que combinam deficiência, raça, gênero, classe e território. Práticas inclusivas, no referido enfoque, precisam considerar intersecções mencionadas, evitando que processos educativos reforcem violências simbólicas ou repitam exclusões historicamente produzidas em instituições escolares.

Além disso, a noção de participação amplia a leitura sobre presença em sala de aula, já que envolve engajamento nas decisões, acesso concreto a recursos e possibilidade de interferência crítica nas dinâmicas coletivas. Participar significa construir sentidos compartilhados, negociar regras, intervir

em projetos e experimentar a escola como lugar onde vozes diversas aparecem, são escutadas e provocam deslocamentos nas práticas instituídas.

No interior de quadro conceitual, pertencimento surge como categoria que articula dimensões afetivas, relacionais e políticas, pois remete à experiência de sentir-se reconhecido, acolhido e considerado nas tramas cotidianas da vida escolar. Quando estudantes com deficiência constroem vínculos, ocupam espaços, produzem narrativas próprias e encontram apoio para singularidades, configura-se ambiente que rejeita padrões homogêneos e valoriza percursos plurais.

Por outro lado, perspectivas integradoras centradas exclusivamente na matrícula em classes comuns revelam limites significativos, uma vez que ignoram disputas em torno de currículo, avaliação e organização do trabalho docente. Políticas que anunciam inclusão sem enfrentar barreiras materiais, comunicacionais e atitudinais tendem a deslocar o foco para características individuais, responsabilizando famílias e estudantes pelas dificuldades vividas.

Abordagens referenciadas nos direitos humanos tensionam compreensão restrita, pois situam a discussão no campo da justiça social, da participação democrática e da dignidade humana. Documentos normativos nacionais e internacionais afirmam necessidade de acessibilidade arquitetônica, comunicacional e pedagógica e questionam práticas que hierarquizam corpos, saberes e modos de aprender que costumam receber selo de normalidade.

Além de redefinir responsabilidades institucionais, concepções ancoradas nos direitos humanos estimulam revisão do próprio currículo, entendido como seleção de conhecimentos, linguagens e valores que estruturam o cotidiano escolar. Quando a diferença se torna dimensão constitutiva da experiência humana, a escola amplia repertórios culturais, acolhe múltiplas expressões e oferece oportunidades diversificadas de participação e aprendizagem.

Além disso, debates contemporâneos sobre democracia escolar reforçam que inclusão requer mecanismos permanentes de escuta, por exemplo assembleias, conselhos e fóruns com presença discente e familiar. Em espaços coletivos voltados ao diálogo, experiências de discriminação, barreiras e conquistas circulam, alimentando processos de autoavaliação institucional e

permitindo que decisões pedagógicas e administrativas incorporem perspectivas de estudantes com deficiência.

Diante de panorama tão complexo, o debate contemporâneo sobre inclusão, diversidade, participação e pertencimento convoca redes de ensino, gestores e docentes a reconstruírem práticas com base em escuta qualificada e reflexão coletiva. Projetos políticos pedagógicos abertos à pluralidade e comprometidos com trajetórias singulares contribuem para concepção de escola na qual presenças se traduzem em pertencimentos consistentes.

FORMAÇÃO DOCENTE, DESENHO UNIVERSAL PARA APRENDIZAGEM E PRÁTICAS DE ACESSIBILIDADE

A produção acadêmica recente oferece um mosaico conceitual que permite compreender como a formação docente se articula a transformações estruturais nos sistemas de ensino, sobretudo quando se cruzam debates sobre acessibilidade e Desenho Universal para Aprendizagem. A literatura indica que processos formativos precisam considerar diversidade, planejamento colaborativo e mediações pedagógicas que ampliem repertórios didáticos, sempre vinculados a direitos educacionais.

Além disso, estudos contemporâneos evidenciam que docentes, ao receberem formação continuada orientada por princípios inclusivos, constroem condições para reorganizar práticas, visitar concepções e tensionar modelos centrados em normalização. Pesquisas como as de Mittler (2012) e Booth e Ainscow (2011) mostram que escolas que investem em processos formativos contínuos adotam estratégias mais coerentes com acessibilidade curricular e participação discente.

A literatura dedicada ao Desenho Universal para Aprendizagem apresenta contribuição expressiva, pois autores como Rose e Meyer (2006) defendem múltiplas formas de engajamento, representação e expressão, permitindo que estudantes encontrem diferentes caminhos para produzir sentidos. Tais princípios dialogam com concepções contemporâneas de inclusão, na medida em que valorizam singularidades e ampliam oportunidades de aprendizagem em ambientes plurais.

Conforme apontam pesquisas nacionais, práticas de acessibilidade precisam ser compreendidas como dimensões estruturantes das políticas educacionais, envolvendo desde adaptações arquitetônicas até reorganização curricular. Autores como Carvalho (2019) argumentam que acessibilidade pedagógica depende de escolhas metodológicas que consideram ritmos, linguagens e modos particulares de apreender conteúdos, criando vínculos entre diversidade e justiça social no cotidiano escolar.

Convém observar que legislações nacionais, como a Lei Brasileira de Inclusão e as Diretrizes da Educação Especial, provocam reorganizações nos sistemas de ensino, pois exigem revisão dos projetos pedagógicos e dos processos de avaliação. Estudos de Mantoan (2015) e de Rodrigues (2018) indicam que tais normativas estimulam transições necessárias entre modelos segregadores e práticas comprometidas com participação discente.

Ademais, a literatura evidencia que práticas de acessibilidade comunicacional se tornam indispensáveis em ambientes multilíngues e multimodais, sobretudo quando estudantes utilizam Libras, recursos audiovisuais ou tecnologias assistivas. Pesquisas de Quadros (2019) e Lopes (2020) sugerem que recursos comunicacionais expandem possibilidades de interação, favorecendo relações pedagógicas mais democráticas e acolhedoras.

Ao mesmo tempo, estudos internacionais reforçam a necessidade de políticas que garantam condições de trabalho adequadas para docentes que lidam com demandas diversas. Florian (2014) e Slee (2018) argumentam que inclusão requer redes de apoio, tempos institucionais para planejamento e cooperação entre profissionais, criando ambientes mais sensíveis às diferenças e mais atentos às necessidades coletivas.

Nessa direção, a revisão bibliográfica revela que práticas pedagógicas inclusivas dependem da articulação entre formação docente, legislação e recursos que sustentem processos de ensino e aprendizagem menos centrados em homogeneização. O diálogo entre diferentes abordagens conceituais contribui para compreender a complexidade dos desafios contemporâneos e para apontar caminhos que valorizem interações significativas.

Por fim, a literatura analisada converge para a defesa de políticas públicas estruturadas, práticas colaborativas e projetos escolares alinhados à

perspectiva dos direitos humanos. A articulação entre teoria, legislação e práticas concretas fortalece concepções de inclusão que reconhecem experiências plurais, constroem pertencimento e ampliam horizontes de participação em ambientes educativos diversos.

A INCLUSÃO SUBSTANTIVA

A construção de caminhos voltados ao fortalecimento da inclusão substantiva requer interpretação crítica das condições que configuram o cotidiano escolar, sobretudo quando desafios estruturais atravessam políticas, práticas e relações pedagógicas. A análise desse cenário evidencia que ambientes educativos precisam ser reorganizados de modo contínuo, permitindo que estudantes com deficiência vivenciem experiências de aprendizagem que considerem singularidades e projetem pertencimentos duradouros.

Além disso, debates contemporâneos revelam que redes de ensino enfrentam tensões derivadas de políticas públicas instáveis, recursos materiais insuficientes e formações docentes descontínuas. Estudos de Ainscow (2020) indicam que processos inclusivos dependem de planejamento sistemático e cooperação entre profissionais, especialmente quando obstáculos atitudinais e curriculares dificultam percursos formativos.

A superação de barreiras estruturais demanda articulação entre financiamento adequado, gestão comprometida e condições dignas de trabalho, já que tais dimensões influenciam diretamente a qualidade das interações pedagógicas. Pesquisas de Slee (2018) mostram que projetos inclusivos florescem em contextos onde professores encontram apoio institucional para criar estratégias diversificadas e onde decisões coletivas priorizam acessibilidade.

Nesse percurso, interpretações críticas apontam que currículos prescritivos e avaliações padronizadas limitam oportunidades de aprendizagem para estudantes cujas trajetórias exigem mediações personalizadas. Autores como Florian (2014) defendem reorganizações que incorporam multiplicidade de linguagens e ritmos, permitindo que o ensino dialogue com repertórios variados e reconheça modos distintos de construção do conhecimento.

Convém observar que práticas de inclusão ganham força quando a escola adota dispositivos colaborativos que conectam professores, famílias e equipes multiprofissionais. Pesquisas de Mantoan (2015) ressaltam que encontros sistemáticos favorecem trocas de experiências e elaboram soluções mais sensíveis às necessidades dos estudantes, ampliando condições de participação e convivência democrática.

Além disso, propostas ancoradas nos direitos humanos sugerem que políticas públicas precisam considerar desigualdades históricas e territórios vulnerabilizados, pois condições socioeconômicas influenciam disponibilidade de recursos culturais e tecnológicos. Estudos de Carvalho (2019) revelam que acessibilidade exige investimentos que ultrapassam adaptações pontuais e envolvem redes de proteção social articuladas ao cotidiano escolar.

A reflexão crítica indica ainda que a formação docente necessita de continuidade e aprofundamento teórico, já que processos inclusivos dependem de repertórios que permitam compreender diferenças sem reforçar estigmas. Pesquisas de Booth e Ainscow (2011) destacam que práticas colaborativas emergem quando professores analisam situações reais e acolhem incertezas próprias de ambientes complexos.

Os desafios persistentes mostram que políticas educacionais precisam dialogar com pesquisas que denunciam retrocessos e promovem alternativas para ambientes mais democráticos. Slee (2018) argumenta que medidas governamentais restritivas tendem a reforçar desigualdades, o que exige vigilância social e participação ativa de comunidades escolares na construção de projetos inclusivos.

Além disso, condições materiais influenciam diretamente a potência das ações pedagógicas, pois escolas com infraestrutura precária enfrentam limites que atingem estudantes de modo desproporcional. Pesquisas de Rodrigues (2018) apontam que investimentos contínuos em acessibilidade arquitetônica e tecnológica ampliam horizontes de aprendizagem e promovem relações mais horizontais.

Por fim, interpretações críticas convergem para a compreensão de que inclusão substantiva se fortalece quando políticas públicas se articulam a práticas pedagógicas que valorizam diversidade, diálogo e cooperação. O

encontro entre legislação, formação e condições estruturais permite projetar caminhos que acolhem singularidades e afirmam a educação como espaço de dignidade e pertencimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões desenvolvidas ao longo do artigo evidenciam que presenças formais de estudantes com deficiência, embora resultem de avanços normativos relevantes, não garantem pertencimentos consistentes nem participação ampliada no cotidiano escolar. Inclusão substantiva, nesse horizonte, constitui processo contínuo, atravessado por disputas em torno do currículo, das condições materiais das escolas e da formação docente orientada por direitos humanos e por concepções alargadas de diversidade.

Nesse percurso analítico, torna-se nítido que políticas públicas, quando articuladas a práticas pedagógicas acessíveis e a projetos políticos pedagógicos construídos de forma coletiva, favorecem experiências de aprendizagem menos excludentes e relações mais horizontais entre estudantes e profissionais. Desdobramentos investigativos futuros podem contemplar estudos empíricos com observação de salas de aula inclusivas, análises longitudinais sobre trajetórias escolares de alunos com deficiência, pesquisas que relacionem indicadores de financiamento e condições de trabalho com oportunidades de participação, além de investigações colaborativas com professores, famílias e estudantes.

Por fim, as agendas de pesquisa poderão aprofundar a compreensão sobre como presenças se transformam em pertencimentos e contribuir para que redes de ensino revisem práticas, dispositivos avaliativos e formas de gestão, consolidando perspectivas de inclusão comprometidas com dignidade e justiça social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AINSCOW, Mel. Promoting inclusion and equity in education: lessons from international experiences. **Nordic Journal of Studies in Educational Policy**, v. 6, n. 1, p. 7–17, 2020.

BOOTH, Tony; AINSCOW, Mel. **Index for inclusion**: developing learning and participation in schools. 3. ed. Bristol: Centre for Studies on Inclusive Education, 2011.

BRASIL. Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009. **Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 ago. 2009.

BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva**: com os pingos nos is. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

FLORIAN, Lani. What counts as evidence of inclusive education? *European Journal of Special Needs Education*, v. 29, n. 3, p. 286–294, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022**: pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Summus, 2015.

RODRIGUES, David. **Educação inclusiva**: dos conceitos às práticas de formação. 2. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2012.

SLEE, Roger. **Inclusive education isn't dead, it just smells funny**. London: Routledge, 2018